

Universidade e Nação

Tarso Genro

Publicado no jornal Correio do Povo em 04/01/2005

A proposta de anteprojeto da reforma do ensino superior, que foi lançada à discussão pelo MEC e amplamente divulgada pela imprensa, só vai ser apresentada ao Congresso Nacional em junho de 2005. A idéia é que ela possa receber a colaboração de todos aqueles que defendem uma universidade pública de qualidade, socialmente aberta, expandida para todo o território nacional, autônoma e de caráter republicano.

Após a implantação do maior programa de bolsas para estudantes de baixa renda da história do país (proposta apresentada pelo presidente Lula no primeiro turno), iniciar a construção de marcos regulatórios novos para o ensino privado e não estatal, bem como garantir no orçamento do próximo ano a reposição de 75% das verbas do custeio que as universidades perderam nos últimos dez anos, queremos chegar na metade de 2005 com uma proposta de reforma do ensino superior que reúna a ampla maioria das forças políticas e sociais que defendem a identidade da universidade com um projeto de nação.

Essa reforma é essencial para o futuro do país, não só porque ela visa permitir que em 2011 possamos ter 40% das vagas no ensino superior como vagas públicas, mas também porque o ensino não estatal necessita novos marcos de regulação. Marcos capazes de prestigiar aquele ensino que é de boa ou razoável qualidade como ordinariamente se vê nas pequenas universidades comunitárias combatendo as formas diretas e indiretas de mercantilização da educação.

Alguns setores que se auto-referem como de 'esquerda' tentam interditar o debate, discutindo a reforma do ensino superior (cuja proposta integral está no site do MEC) como se ela fosse o ProUni, que nos próximos quatro anos terá 400 mil bolsistas. Recusam-se ao debate democrático. Na verdade, essa é uma posição conservadora, que defende que se deixe a universidade como ela está.

Ora, se alguém é contra a existência de bolsas para estudantes pobres, pode propor a extinção desse direito democrático na própria reforma, mas que não evite de discutir a reforma, porque ela é fundamental para o futuro do Brasil. Até o presente, a universidade brasileira de caráter público-estatal é acessível apenas a uma minoria. Precisamos expandi-la e qualificá-la, para que uma parte cada vez maior do nosso povo tenha acesso a ela. É o caminho aberto pela reforma.

Tarso Genro, 57, advogado, é o ministro da Educação. Foi ministro da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (2003).